

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 0022892234/2024 - SED.URC.ARC

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

1.1 - Da necessidade

A Secretaria de Educação promove anualmente, diversos eventos, tais como o Seminário da Educação Ambiental, Tempo de Avançar, Educação Especial, Aprender Mais, promoção da Igualdade Racial e Educação de Jovens e Adultos. É promovida ainda a Feira de Matemática, Spelling Bee, Descomplica Ai, Mostra Regional de Dança, Música na Escola, além da Maratona Lab Code, Campeonato Joinvilense de Robótica e Mostra das Fanfarras.

Como estes eventos estão crescendo exponencialmente ano-a-ano, a atual estrutura já não comporta mais o público alvo, principalmente em termos de estrutura, para que todos os participantes possam participar e ver de forma plena o exposto em cada evento, faz-se necessária toda uma nova estrutura.

Assim, para que estes eventos ocorram de forma satisfatória, se faz necessária toda uma estrutura para que este ocorra a contento, tais como estruturas de palco, iluminação, som, gravação, serviços estes que hoje a Secretaria de Educação não possui contrato.

Resumidamente a necessidade a ser atendida é dar suporte estrutural aos eventos realizados ao longo do ano letivo pela Secretaria de Educação, que hoje não existe.

Quanto a natureza dos serviços para a contratação, são majoritariamente **serviços comuns de engenharia (itens 1 ao 9, 11 ao 13 e 15 do futuro Memorial Descritivo)**, conforme o art. 6º, inc. XXI da Lei nº 14.133/2021. No caso, ainda, devido uma vez verificado o baixo grau de complexidade técnica que o objeto da contratação do processo em tela exige, assim como por tratar-se de serviços que preveem a utilização de equipamentos e técnicas de prestação de serviços usuais de mercado, dentre outras características, trata-se de uma contratação de serviço comum de engenharia.

Os demais os serviços (indicados nos **itens 10 e 14** do futuro Memorial Descritivo) são caracterizados como **serviço comuns**, conforme art. 6º, inc. XIII da Lei nº 14.133/2021.

1.2 - Da(s) meta(s) / estratégia(s) do PME

Destaque-se ainda que, a presente aquisição vem alinhada com as **estratégias 2.8, 6.4, 6.6, 6.9, 7.16, 7.23, 7.28, 7.38 e 9.10** das **Metas 2, 6, 7 e 9** do Plano Municipal de Educação, **Lei Municipal nº. 8.043/2015** que estabelece: **(verificar se seriam essas ou se teriam mais, inclusive)**

2.8. promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos alunos dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural;

6.4. fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários;

6.6. orientar a aplicação da gratuidade de que trata o art. 13, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, em atividades de ampliação da jornada escolar de alunos das escolas da rede pública de educação básica, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;

6.9. adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.

7.16. assegurar a todas as escolas públicas de educação básica o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência; [...]

7.23. garantir, nos currículos escolares, conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, e nº 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas, agremiações estudantis e a sociedade civil;

7.28. promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.38. consolidar o Programa Reinventando o Espaço Escolar nas escolas da rede municipal de ensino, a fim de ampliar e diversificar os tempos e espaços curriculares, de modo a oferecer múltiplas possibilidades de aprendizagem.

9.10. incentivar a elaboração de projetos inovadores na educação de jovens e adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses alunos;

2 - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

A Lei não impõe a elaboração do PCA, pelo contrário, faculta-o. No mesmo sentido, em que pese sua relevância, há apenas recomendações quanto a sua elaboração pela doutrina. Em mesmo sentido

Ainda, considerando a Instrução Normativa nº 04/2022 (0015231284), elenca que a elaboração do PCA como uma "alternativa" (uma vez a redação conter "poderá"), para o exercício de 2024:

Art. 9º. O Plano de Contratações Anual - PCA poderá ser exigido a partir do exercício de 2024, caso em que os Documentos de Formalização de Demanda deverão ser encaminhados até 01 de abril de 2023. (grifo nosso)

Todavia, em que pese para o ano de 2024 a Prefeitura Municipal de Joinville não tenha elaborado PCA, entretanto, mesmo assim, não há contrariedade a Lei ou mesmo empecilhos quanto a continuidade da contratação.

Assim, informamos que muito embora não exista o Plano de Contratações Anual para o ano de 2024, a contratação está prevista no plano de ações desta Secretaria.

A contratação encontra amparo na Lei nº 8.993, de 31 de agosto de 2021, que dispõe sobre a revisão do PPA - Plano Plurianual 2022-2025 do Município de Joinville - Processo 21.0.187194-1.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Para a adequada satisfação da necessidade da Administração, devem ser atendidos os seguintes requisitos de contratação:

Para a concretização da contratação se faz necessário que a futura CONTRATADA possua expertise na área de serviços de **sonorização, iluminação, estrutura de palco, estandes, projeção e afins**.

Para tanto, a(s) futura(s) CONTRATADA(S) deverá(ão) possuir(em) a **equipe técnica**, em seu quadro responsável técnico devidamente registrado no conselho de classe pertinente, para acompanhar a execução dos serviços a serem realizados, além de possuir quantidade suficiente de profissionais habilitados e qualificados para atender a demanda da CONTRATANTE dentro dos prazos estabelecidos (para os itens que for cabível).

Neste sentido relevante que, para **habilitação**, conforme art. 67 da Lei nº 14.133/2021 - Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o item a ser cotado, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Ainda considerando o objeto da presente contratação, diga-se aqui, sem grande complexidade técnica, não se demonstra relevante a indicação de percentual de execução do(s) serviço(s), sendo que, basta a comprovação de que já tenha executado serviço compatível ao objeto. Mesmo porque, este tem sido o praticado nos Editais anteriores. Sendo assim exigido para no presente caso:

a) Para os itens 1 ao 9, 11 ao 13 e 15

a.1) Deverá ser apresentada pela(s) proponente(s) documentação relativa à qualificação técnico-profissional do responsável técnico pela execução do(s) serviço(s) através de registro profissional no órgão competente;

a.2) Apresentar no mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, que comprove a execução de serviço compatível com objeto do item, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, sendo:

- Para o **item 1** - locação de painel de LED;
- Para o **item 2** - locação de iluminação para palco;
- Para os **itens 3, 4 e 5** - locação de sonorização;
- Para o **item 6** - locação de estrutura box truss;
- Para os **itens 7, 8 e 9** - locação de estrutura de palco;
- Para os **itens 11 e 12** - locação de equipamentos para transmissão ao vivo;
- Para o **item 13** - locação de estandes modulares;
- Para o **item 15** - locação de equipamentos de projeção

b) Para os itens 10 e 14

b.1) Apresentar no mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, que comprove a execução de serviço compatível com objeto/item licitado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, sendo:

- Para o **item 10** - locação de linóleo;
- Para o **item 14** - locação de pedestais organizadores de fila.

Para os **itens 1 ao 9, 11 ao 13 e 15**: Caso a proposta do licitante seja inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor para o item orçado pela Administração, deverá ser apresentada garantia adicional do licitante vencedor, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei. (art. 59, § 5º da Lei nº 14.133/2021)

Anota-se ainda que, não deverá ser admitida a **subcontratação** do objeto da presente contratação.

No caso, ainda não se vislumbra impedidos a participação de empresas em **consórcio** para a presente contratação.

Quanto a **garantia de execução dos serviços**, considerando o objeto da contratação, bem como considerando que a licitação se dará por item (e não por valor global), para o presente caso é desnecessária, em virtude da prerrogativa prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

Quanto a **garantia dos serviços** em si, a(s) CONTRATADA(S) deverá(ão) fornecer(em) garantia de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

Quanto a **critérios e práticas de sustentabilidade**, na execução da obra deverão ser atendidos:

- Atender a toda e qualquer legislação ambiental/sustentabilidade que possa incidir sobre o objeto da presente contratação, inclusive quando de sua execução; e,
- Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir;
- Utilizar preferencialmente e quando possível equipamentos com baixo consumo de energia elétrica;

- Utilizar preferencialmente e quando possível equipamentos e acessórios que possam ser reutilizados.

No caso da presente contratação, as **sanções** administrativas serão as mesmas dispostas na Lei nº 14.133/2021, bem como as eventualmente contidas no futuro Edital e Termo de Contrato.

Quanto aos **parâmetro(s) para o cálculo do valor estimado da contratação**, que estarão de acordo com o previstos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e art. 50 da Instrução Normativa nº 04/2022 da Secretaria de Administração e Planejamento, sendo que a estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos farão parte (em documento próprio) do processo de Requisição de Compras.

O objeto da presente contratação atende aos **requisitos disposto no art. 85 da Lei 14.133/2021**, ou seja, trata-se de (i) um serviço padronizado; (ii) não possui complexidade técnica e operacional, bem como (iii) há uma necessidade permanente / frequente. Neste sentido, cumpre esclarecer que, o objeto da presente contratação é padronizado, sem complexidade técnica e operacional, pois pode-se constatar isso através dos descritivos dos itens que compõem a contratação, ou seja, os serviços (enquadrados como de engenharia) possuem especificações padrões de mercado.

Relevante ainda registrar que, a necessidade é **permanente / frequente**, pois há diversos eventos ao longo do ano letivo. Entretanto, a demanda não é fixa, podendo se alterar ao longo do período do contrato (po motivos de cancelamentos imprevistos, eventos novos, etc), pois os quantitativos necessários podem variar ao longo do ano, por este motivo a opção do Registro de Preços.

Com relação a **não utilização de recursos da União**, cumpre destacar que, o FUNDEB é um fundo de natureza contábil, instituído pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006 e regulamentado pela Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro do mesmo ano, convertida na Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e pelos Decretos nº 6.253 e 6.278, de 13 e 29 de novembro de 2007

Neste sentido, segundo o [site](#) do FNDE:

O Fundeb não é considerado Federal, Estadual, nem Municipal, por se tratar de um Fundo de natureza contábil [...]. Esses aspectos do Fundeb o revestem de peculiaridades que transcendem sua simples caracterização como Federal, Estadual ou Municipal. (grifo nosso)

Segundo a cartilha do Novo FUNDEB (disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fundeb/CartilhaNovoFundeb2021.pdf>):

O que é o Fundeb?

É um fundo especial, formado por 27 fundos (26 estaduais e 1 do Distrito Federal) que são compostos basicamente por contribuições dos Estados e dos Municípios. A União complementa os recursos dos Fundos, quando não alcançam um valor capaz de garantir uma educação básica de qualidade mínima. (grifo nosso)

Nota-se assim, que o FUNDEB pode ou não possuir complementação da União. Caso haja a complementação da União ao FUNDEB, estes recursos serão contabilizados em codificação específica, permitindo a fácil identificação e rastreio. Em resumo, quando houver complementação da União, a codificação da fonte de recursos será diferente da "119" elencada na solicitação de compras em questão. Então a presunção de tê-lo como "recursos da União" não existe (pois pode não ter a mencionada complementação).

Desta forma, demonstra-se, num primeiro momento, complicando considerar o FUNDEB (que é um fundo), como "recurso da União", por mais que possa haver em seu bojo eventual complementação. Aliás, essa incerteza também de complementação torna-se um agravante dessa definição como "recurso da União".

No mais a redação dada a Lei nº 14.133/2021:

art. 23 [...]

§ 3º Nas contratações realizadas por Municípios, Estados e Distrito Federal, desde que não envolvam recursos da União, o valor previamente estimado da contratação, a que se refere o caput deste artigo, poderá ser definido por meio da utilização de outros sistemas de custos adotados pelo respectivo ente federativo. (grifo nosso)

Bem como a redação da IN nº 04/2022 SAP:

Art. 42 [...]

§3º Quando houver a previsão da utilização de recursos da União na contratação, tanto no início da execução como no decorrer da mesma, a referida previsão deverá ser indicada no Estudo Técnico Preliminar - ETP em manifestação ao que se refere o inciso III do caput deste artigo.

São por demais genéricas e não deixam claro a definição do que há por abranger a expressão "recursos da União", se estes p. ex. devem envolver "fundos" que porventura possam haver complementações da União em seu bojo, ou se somente transferências como, convênios a exemplo do PAR para construção de unidades escolares.

Desta forma, salvo melhor juízo, não há a interpretação aqui do FUNDEB (que não venha a título de complementação) se tratar de um "recurso da União".

Em relação aos recursos oriundos do Salário-Educação cabe informar que se trata de uma fonte adicional de financiamento à Educação proveniente da arrecadação da contribuição social recolhida pelas empresas (qualquer firma individual, associação ou sociedade que assume o risco de atividade econômica, urbana ou rural, com fins lucrativos ou não, vinculadas à Seguridade Social) na forma da Lei.

O Salário-Educação é uma contribuição social destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para a educação básica pública, conforme previsto no § 5º do art. 212 da Constituição Federal de 1988. (Fonte: [Salário Educação](#))

Conforme o Decreto nº 6.003, de 28 de dezembro de 2008 (que regulamenta a arrecadação, a fiscalização e a cobrança da contribuição social do salário-educacão), o FNDE, órgão

da administração pública federal, é o órgão incumbido para a distribuição do recursos ao entes:

Art. 9º O montante recebido na forma do art. 8º será distribuído pelo FNDE, observada, em noventa por cento de seu valor, a arrecadação realizada em cada Estado e no Distrito Federal, em quotas, da seguinte forma[...]

Diante disso, não há como considerar que os recursos do Salário Educação são recursos da União visto que os valores são derivados de valores recolhidos por empresas e que o FNDE é o responsável tão somente pela distribuição dos recursos.

4 – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

4.1 - Para a presente contratação, a estimativa das quantidades foram obtidas considerando-se:

a) Quantidades e tipos de eventos a serem contemplados com a contratação, conforme segue estimativa preliminar:

	Seminário Educação Ambiental		Campeonato Joinvileense de Robótica - CJR			Maratona LabCode			Seminário Tempo de Avançar			Seminário Altas Habilidades		Seminário Educação Especial		Feira de Matemática		Seminário da Igualdade Racial		Mostra de Arte			Spelling Bee			Mostra de fanfarras			Mostra do Programa Música na Escola			Total
Lotes	2025	2026	2024	2025	2026	2024	2025	2026	2024	2025	2026	2025	2026	2025	2026	2025	2026	2025	2026	2024	2025	2026	2024	2025	2026	2024	2025	2026	2024	2025	2026	Total
Palco - Tipo 01			1	1	1				1	1	1					1	1															8
Palco - Tipo 02	1	1				1	1	1				1	1	1	1					2	2	2	3	3	3				3	3	3	33
Palco - Tipo 03			2	2	2																				1	1	1					9
Sonorização - Tipo 01 (até 200)	1	1							1	1	1					1	1			2	2	2										13
Sonorização - Tipo 02 (200 - 450)						1	1	1				1	1	1	1			2	2				3	3	3				3	3	3	29
Sonorização - Tipo 03 (450 ou mais)			2	2	2																				1	1	1					9
Iluminação			2	2	2													2	2							1	1	1				13
Linóleo - Tipo 02			4	4	4							1	1	1	1																	16
Transmissão ao vivo - Tipo 01												8	8	8	8											4	4	4	12	12	12	16
Transmissão ao vivo - Tipo 02			24	24	24																											6
Estandes			200	200	200							5	5	5	5																	620
Organizador de fila			100	100	100				4	4	4	4	4	4	4											50	50	50	150	150	150	928
Box Truss			10	10	10																											30
Painel de LED	1	1	2	2	2	1	1	1				1	1	1	1	1	1			2	2	2				1	1	1	3	3	3	35
2 Projetores e telas	1	1							1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	3	3	3							30

* Os totais foram arredondados por se tratar de contratação por Registro de Preços.

- b) Contratações similares;
- c) Estimativas de espaços físicos para cada evento;
- d) Disponibilidade orçamentária.

4.2 - Sendo que, para o presente caso, fora assim estimado:

Item	Quantidade	Unidade de Medida	Código e Publica/Denominação	Descritivo
1	35	serviço	43412 - LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED	- 01 Painel de Led 8x3m HD; - Estrutura em P30 para elevação do painel 8x4; - Adaptadores, conversores e cabeamento necessário; - 01 notebook para execução de mídias diversas; - Pelo menos 01 auxiliar técnico; - A estrutura deverá ser entregue montada.
2	15	serviço	43413 - LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PARA PALCO PRINCIPAL	- 06 refletores tipo COB branco; - 16 refletores PAR LED modelo 54 x 3 wts RGBW ou similar que atenda as necessidades; - 06 Moving Bean 5R 24 canais de dimmer digital – 4000 wts por canal; - 01 mesa de comando digital; - Acessórios e cabos para interligação e funcionamento de todo o sistema; - 20 refletores de luz branca (4 refletores para cada box truss); - Pelo menos 01 auxiliar técnico; - A estrutura deverá ser entregue montada.
3	15	serviço	43414 - LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO - TIPO 01	- 01 console digital de 10 canais com no mínimo 04 auxiliares pré pós; - 02 Cabos P2 x P10 para ligar Computador; - 02 microfones sem fio UHF modelo BETA SM 58 ou similar que atenda as necessidades; - 01 Microfone de lapela sem fio com frequência UHF e padrão polar condensador omnidirecional. Sensitividade: máximo 35 dB. Entrada: 3.5TRS microfone de lapela + entrada de áudio externa (transmissor). Saída: 3.5MM TRS (câmera) + 3.5MM TRS (headfone de monitoramento). Distância de transmissão: mínimo 30m. Bateria embutida recarregável via USB; - 02 caixas ativas composta por 01 drive + 01 filantes de 10 ou 12 polegadas contendo 500 w de potência; - 02 pedestais para as caixas ativas tipo tripé; - Demais cabos, adaptadores e acessórios para interligação e funcionamento de todo o sistema. - Pelo menos 01 operador técnico;

				- A estrutura deverá ser entregue montada.
4	30	serviço	43415 - LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO - TIPO 02	<ul style="list-style-type: none"> - 01 console digital de 12 canais com no mínimo 04 auxiliares pré pós; - 01 notebook com músicas variadas; - 02 Cabos P2 x P10 para ligar Computador; - 04 microfones sem fio UHF modelo BETA SM 58 ou similar que atenda as necessidades; - 04 pedestais para microfones; - 04 caixas ativas composta por 01 drive + 01 falantes de 10 ou 12 polegadas contendo 500 w de potência; - 04 pedestais para as caixas ativas tipo tripé; - 04 Cabos P10 x P10 para ligar instrumentos musicais; - Mínimo de 06 extensores de palco; - 01 Microfone de lapela sem fio com frequência UHF e padrão polar condensador omnidirecional. Sensitividade: máximo 35 dB. Entrada: 3.5TRS microfone de lapela + entrada de áudio externa (transmissor). Saída: 3.5MM TRS (câmera) + 3.5MM TRS (headfone de monitoramento). - Distância de transmissão: mínimo 30m. Bateria embutida recarregável via USB; - Demais cabos, adaptadores e acessórios para interligação e funcionamento de todo o sistema; - Pelo menos 01 operador técnico; - A estrutura deverá ser entregue montada.
5	10	serviço	43416 - LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO - TIPO 03	<ul style="list-style-type: none"> - 04 caixas de sub graves 1600 wts rms (mínimo) cada ou similar que atenda as necessidades; - 02 Traves em P30 de 2x4 para elevação do Line; - 08 unidades de Line 2/10 e 2 drive; - 01 rack de amplificação stereo para sistema de PA; - 01 Processador de sinal digital stereo para o sistema de PA; - 01 console digital de no mínimo 32 canais; - 04 microfones sem fio UHF modelo BETA SM 58 ou similar que atenda as necessidades; - 04 Microfones de lapela sem fio com frequência UHF e padrão polar condensador omnidirecional. Sensitividade: máximo 35 dB. Entrada: 3.5TRS microfone de lapela + entrada de áudio externa (transmissor). Saída: 3.5MM TRS (câmera) + 3.5MM TRS (headfone de monitoramento). - Distância de transmissão: mínimo 30m. Bateria embutida recarregável via USB; - 01 microfone tipo Shotgun para captação de áudio com cápsula do tipo condensador eletreto, padrão hiper-cardióide, lobar, proteção contra ruído do vento tipo Blimp / Zepelim peludo compatível com o microfone ofertado e com conexão à vara de boom, esta deverá ter ao menos 3,5 metros, além de cabo XLR 3 pinos de, no mínimo, 5m e pedestais caso necessário. - Antena para amplificação de sinal dos microfones; - 04 monitores modelo SM 222 ou similar que atenda as necessidades; - 01 sistema de main power com distribuição em 220 volts; - 01 notebook com músicas variadas; - Acessórios e cabos para interligação e funcionamento de todo o sistema; - Pelo menos 01 operador técnico; - A estrutura deverá ser entregue montada.
6	30	serviço	43417 - LOCAÇÃO DE ESTRUTURA BOX TRUSS	<ul style="list-style-type: none"> - 05 kits de estrutura metálica de box truss Q30, composto por 4 peças de 5 m, 4 peças de 2,5 m e 4 cubos; - Estrutura de grid com linhas de Q30 para sustentação de iluminação e câmera; - A estrutura deverá ser entregue montada.
7	10	serviço	28793 - Locação de Estrutura de Palco Tipo 1	<ul style="list-style-type: none"> - Com dimensão 6x4 metros, com 40 cm de altura no mínimo, com forração em carpet, escada com corrimão e rampa de acesso na mesma altura do palco, fechamento em torno com TNT preto antichama, instalado; - Reforço em alumínio em torno e chapas de madeira com 25 mm de espessura; - A estrutura deve garantir o acesso de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, conforme garante a Lei nº 10.098/2000 e a Norma ABNT NBR 9050/2020; - A estrutura deverá ser entregue montada.
8	35	serviço	28794 - Locação de Estrutura de Palco Tipo 2	<ul style="list-style-type: none"> - Com dimensão 10x8 metros, com 40 cm de altura no mínimo, com forração em carpet, escada com corrimão e rampa de acesso na mesma altura do palco, fechamento em torno com TNT preto antichama, instalado; - Reforço em alumínio em torno e chapas de madeira com 25 mm de espessura; - A estrutura deve garantir o acesso de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, conforme garante a Lei nº 10.098/2000 e a Norma ABNT NBR 9050/2020; - A estrutura deverá ser entregue montada.
9	10	serviço	43418 - LOCAÇÃO DE ESTRUTURA DE PALCO - TIPO 03	<ul style="list-style-type: none"> - Palco em estrutura de alumínio Q30, tamanho de 16m x 10m, piso em compensado naval de 20mm em pranchas de 2m x 1m, cobertos com lona antichamas, escada de acesso com corrimão, grades de fechamento nas laterais e no fundo do palco, fechamento laterais e fundo do palco em tecido preto. O palco deverá ter altura de 1,00 m do chão ao piso do palco; - A estrutura deve garantir o acesso de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, conforme garante a Lei nº 10.098/2000 e a Norma ABNT NBR 9050/2020; - A estrutura deverá ser entregue montada.
10	20	serviço	43421 - LOCAÇÃO DE LINÓLEO - TIPO 2	<ul style="list-style-type: none"> - Fornecimento e instalação de linóleo, incluindo transporte e material necessário para fixação em palco de 10x8 metros.
			43422 - LOCAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - 01 mesa de corte para monitoramento em vídeo para visualização simultânea das câmeras e do

11	20	diária	DE EQUIPAMENTOS PARA TRANSMISSÃO AO VIVO - TIPO 01	<p>corde manual;</p> <ul style="list-style-type: none"> - 02 câmeras digitais HD para o palco principal; - Cabeamento para todo o sistema; - 01 notebook; - Pelo menos 02 cinegrafistas; - Pelo menos 01 operador técnico; - A estrutura deverá ser entregue montada.
12	10	diária	43423 - LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA TRANSMISSÃO AO VIVO - TIPO 02	<ul style="list-style-type: none"> - 01 mesa de corte para monitoramento em vídeo para visualização simultânea das câmeras e do corte final; - 05 câmeras digitais HD fixas para transmissão de competição (fixação em box truss); - 02 câmeras digitais HD para o palco principal; - Cabeamento para todo o sistema de transmissão; - Pelo menos 01 operador técnico; - Pelo menos 02 cinegrafistas; - 01 notebook; - A estrutura deverá ser entregue montada.
13	620	serviço	43424 - LOCAÇÃO DE ESTANDES MODULARES	<ul style="list-style-type: none"> - Estrutura e parede com perfis de alumínio, fechamento com chapadas de TS branca brilhante (fôrma estrutural), com forro em perfis de alumínio, parcial e estrutural, sem revestimento sobre o piso. Dimensões de 2x2x2,20m; - 01 Balcão modular estruturado com perfis de alumínio, fechamento com chapadas de TS branca brilhante (fôrma estrutural) e tampo em madeira branca, com uma prateleira e portas. Dimensões: 1,00x0,50x1,00m; - 01 (uma) tomada 2p+t de 10A instalada; - 01 (um) spot com lâmpada instalado; - 01 Testeira – Chapa TS com 0,96 x 0,45m de altura, com comunicação visual em vinil adesivo plotado na(s) testeira(s) até 0,96m de largura com o logotipo ou nome do expositor impresso. - A estrutura deverá ser entregue montada.
14	930	serviço	43425 - LOCAÇÃO DE PEDESTAIS ORGANIZADORES DE FILA	<ul style="list-style-type: none"> - Pedestal organizador de fila, cromado, com fita retrátil e com sistema de auto encaixe. Material: aço inoxidável; altura de 90 cm x 96; cm; Fita retrátil em nylon resistente, deve possuir largura mínima de 5 cm e comprimento mínimo de 2 m.
15	35	serviço	43758 - LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROJEÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - 02 Telas de projeção retrátil, tecido dry fit, com tripé, manual, com sistema de parada multiponto, tipo acabamento tubo metálico, cor preta, altura 2,0 metros e largura de 2,5 metros. Fundo branco. Tripé com ajuste de altura (altura de até 2,80 m); - 02 Projetores Multímídia (Datashow) - Tecnologia LCD ou DLP; Resolução mínima nativa de 1920x1080; Contraste mínimo de 10000:1. Deve possuir , no mínimo, os seguintes tipos de conexão: 01 (uma) VGA , 01 (uma) HDMI; 01 entrada USB. Luminosidade mínima de 3000 lumens; Alto-falante integrado no projetor; Alimentação automática 100-120V, 220-240V; Controle remoto; Base suporte; - Pelo menos 01 operador técnico; - 01 notebook; - A estrutura deverá ser entregue montada.

4.3 - Registro de Preços (se for o caso)

Destaque-se também que, para esta contratação a modalidade mais adequada é o Sistema de Registro de Preço (SRP), pois possibilitará a contratação dos serviços na medida em que for(em) necessário(s), ao longo da contratação, consoante ao disposto art. 82 e ss. Lei nº 14.133/2021.

Bem como cumulativamente o disposto no art. 3º, do [Decreto nº 11.462 de 31 de março de 2023](#):

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Solução 1: Própria Secretaria realizar os serviços

Não é uma alternativa viável.

A Secretaria não possui mão-de-obra qualificada para a realização deste tipo de serviço(s), tal como montagem, desmontagem e operação, bem como de igual forma não possui os equipamentos necessários para atender a demanda para tal finalidade.

Desta forma, se faz necessário, não somente a contratação da mão-de-obra, bem como da aquisição dos equipamentos para a realização dos serviços. Sem contar o fato ainda da necessidades das ferramentas e EPIs. O que só seria possível através de processos licitatórios, o que demandaria uma longa espera, uma vez que diante de todos os trâmites burocráticos, previstos em Lei.

Outro contraponto seria a questão de armazenagem desses equipamentos e ferramentas (que hoje não há), bem como veículos para fazerem o transporte adequados destes equipamentos.

Em que pese aparentar se a alternativa mais econômica, considerando as contratações ocorrerem por item e mão-de-obra em separado, não traz essa garantia de economia e de eficiência, pois as contratações em separado podem ocorrer que haja itens que no momento da execução possam não ser fornecidos e assim travar a execução dos serviços. Ou outro fato, uma licitação sair e a outra não, o que de igual forma, não atenderia o interesse público envolvido.

Solução 2: Parcerias / doações / comodato

Uma das alternativas poderia ser receber doações ou se estabelecer parceria com empresas, fundações ou organizações.

Ou ainda no caso do comodato, o empréstimo gratuito.

Poderia assim haver uma redução de custos iniciais (ou até mesmo, custo zero) quanto a aquisição dos instrumentos.

Todavia, em contraponto, cria-se uma dependência de terceiros para aquisição / empréstimo. Ou seja, depende de sua "boa vontade".

O que gera ainda a necessidade de se estabelecer relacionamentos duradouros e sólidos junto aos parceiros.

Outro consideração é o fato de que, pode-se sofrer limitações nas opções e volume de compras, devido as preferências dos parceiros, bem como de sua disponibilidade orçamentária para esta finalidade.

Muitas vezes a qualidade e quantidade podem ser incertas.

Pode ainda haver a necessidade de aportes de recursos públicos para garantir o atendimento da necessidade.

Solução 3: Permutas

Considerando a permuta ser uma "troca". Não se vislumbra ser uma alternativa possível ao caso em tela. Inclusive, pelo fato de não ser conduta comum no meio da Administração Pública para este objeto.

Em que se não gerar "gasto financeiro" direto, depende do interesse entre as partes no que será ofertado em troca.

Pode ainda não atender de forma plena ao interesse da Administração Pública.

Solução 4: Chamamento Público - credenciamento

O chamamento público é um procedimento formal de seleção de prestadores de serviços / fornecedores realizado pela administração pública. As propostas são analisadas e selecionadas com base em critérios predefinidos, como capacidade técnica, experiência e adequação aos objetivos do programa.

Em âmbito municipal da Secretaria de Educação não é comum para o objeto da presente contratação.

Este seria uma alternativa ao atendimento desta demanda, entretanto, em contraponto, considerando o propósito do credenciamento que tem como propósito de ofertar a todos os interessados igual oportunidade de se credenciar e de fornecer para a Administração Pública, pode não ser tão interessante pelo fato de que, poderá haver a oferta de uma gama de fornecedores, que irão variar a cada evento que poderá prejudicar o resultado final, tanto de sonoridade, iluminação, etc desejados.

Com relação a custos, há a necessidade de verificação do mercado, a buscar um denominador em comum aos interessados, entretanto, isso pode ser um fator que afaste algumas fornecedores por não se interessarem ao valor do edital.

Solução 5: Locação - através de empresa(s) especializada(s) nos serviços a serem contratados - som, iluminação, palco, stands, etc

Uma outra solução possível, seria a contratação de uma (ou mais) empresa(s) especializada(s) na prestação deste tipo de serviços de locação.

Esta, se demonstra ser a alternativa mais viável, uma vez que agrega mão-de-obra qualificada, capacidade e em quantidade o suficiente para atender a demanda, bem como juntamente o fornecimento dos equipamentos e pessoal técnico qualificado para a montagem e desmontagem e operacionalização. Em que pese não aparentar num primeiro momento ser a alternativa mais barata, esta demonstra um desempenho melhor quanto a futura eficiência e gestão do contrato, uma vez que, essa centralização agrega padrão ao serviço final prestado, bem como agilidade no atendimento. Sem contar o fato de não depender de outros contratos para a execução dos serviços.

Solução 6: Compra unificadas e compras compartilhadas em consórcios

Quanto as compras unificadas internas do Município, esta poderia ser uma solução. Entretanto, não há de momento grupo de compras para este objeto, mesmo porque, por ser muito específico estando assim prejudicada esta solução.

Quanto as compras compartilhadas, considerando que o Município de Joinville optou em participar de licitações compartilhadas junto aos Consórcio CIM-CATARINA e CIM-AMUNESC, esta também poderia ser uma alternativa. Entretanto, ressalte-se que, esta é um prerrogativa, não uma obrigação.

Há como vantagens a participação, o aumento da economia de escala potencializada pela contratação de aquisição de bens ou contratação de serviços em um único processo licitatório acompanhado dos custos operacionais, ganho em escala, padronização, entre outros.

Todavia, há um outro lado, outras questões a serem abordadas, como p. ex.:

- Complexidade na gestão: A participação em um consórcio exige uma gestão eficiente e coordenada entre os membros participantes. Isso pode apresentar desafios adicionais, pois envolve a coordenação de interesses, tomada de decisões conjuntas e resolução de conflitos. A falta de uma gestão adequada pode levar a atrasos e problemas operacionais.
- Dependência de outros membros: Os resultados das licitações podem depender do desempenho e da contribuição de outros membros do consórcio. Se um ou mais membros não cumprirem suas responsabilidades adequadamente, isso pode afetar negativamente a eficácia e a eficiência das licitações.
- Menor flexibilidade: Participar de um consórcio pode exigir que os órgãos públicos sigam determinadas regras e regulamentos estabelecidos pelo consórcio. Isso pode resultar em uma menor flexibilidade na condução das licitações, impedindo que os órgãos públicos adotem abordagens mais personalizadas ou específicas para suas necessidades individuais.
- Possíveis conflitos de interesse: Dependendo da composição do consórcio, pode haver conflitos de interesse entre os membros. Isso pode surgir quando os membros têm interesses concorrentes ou diferentes prioridades. Tais conflitos podem prejudicar a objetividade e a imparcialidade das licitações.
- Complexidade na gestão de contratos: A administração e a gestão de contratos podem se tornar mais complexas em um consórcio, especialmente quando há a participação de vários membros. Coordenar as obrigações contratuais, as responsabilidades e as expectativas de todos os membros requer uma gestão eficiente e uma comunicação clara.
- Restrições de autonomia: Participar de um consórcio pode implicar em restrições à autonomia dos órgãos públicos. Isso ocorre porque as decisões sobre as licitações podem precisar ser tomadas de forma conjunta, considerando os interesses e necessidades de todos os membros. Isso pode limitar a flexibilidade e a independência dos órgãos públicos.
- Riscos compartilhados: Ao aderir a um consórcio, as entidades participantes compartilham os riscos associados aos projetos licitados. Isso significa que, se um dos membros do consórcio enfrentar problemas financeiros, técnicos ou legais, todos os outros membros também serão afetados. É importante realizar uma análise cuidadosa dos riscos envolvidos e estabelecer mecanismos adequados para mitigá-los.

- Dependência dos membros: Os consórcios dependem da participação ativa e comprometimento dos membros para alcançar seus objetivos. Se um ou mais membros não cumprirem suas obrigações ou retirar-se do consórcio, isso pode afetar negativamente a continuidade e efetividade das licitações em andamento. Portanto, é essencial selecionar cuidadosamente os membros e estabelecer acordos claros sobre as responsabilidades e obrigações de cada um.
- Possíveis atrasos: Devido à natureza colaborativa dos consórcios, pode haver atrasos no processo de tomada de decisão. A necessidade de consulta e consenso entre os membros pode prolongar o tempo necessário para finalizar as etapas do processo licitatório. Isso pode ser problemático em situações em que é exigida uma resposta rápida ou quando há prazos rígidos.

Cabe destacar neste sentido que, o gestor público dispõe de competência discricionária para escolher entre promover a licitação ou aderir a um registro de preços já existente. [Adesão à ARP: "Pegar carona" é recomendável ou reprovável? Acesso em: 10/04/2024. Disponível em https://egov.df.gov.br/wp-content/uploads/2023/02/Adesao-a-ARP_-Pegar-carona-e-recomendavel-ou-reprovavel.pdf]

Dito isto, por oportuno ressaltar e frisar que, deve-se analisar se a municipalidade possui capacidade tanto de pessoal como técnica para realizar a contratação do objeto em questão. O que no nosso caso é possível, sem quaisquer prejuízos.

Há de se observar ainda, que, visado não prejudicar os demais consorciados se o interesse fora antecipado ao Consórcio quando da construção do processo licitatório.

Considerando o lapso de tempo, sendo um dos principais fatores a serem observados quanto as contratações públicas, a análise da vantajosidade à adesão a contratações compartilhadas junto aos Consórcios, sendo estas uma solução efetivamente válida ao atendimento à necessidade pública, esta análise seria válida junto a Atas de Registro de Preços ou Contratos já vigentes, pois processos ainda em tramitação estaria concorrendo em pé de igualdade a elaboração de processo licitatórios internos ao Município (ou não, pois a municipalidade pode agilizar a construção conforme sua necessidade e por ser gestora do processo como um todo, tornando-o assim mais célere em comparação a licitação compartilhada), pois da mesma forma gera incertezas de quando do efetivo atendimento da demanda, de valores (homologados) e inclusive de prazos de sua disponibilidade, não se demonstrando assim vantajosidade ao Município. Sem contar o fato de que, ante a, até então, ausência de facilidade de acesso a essas informações antecipadamente, prejudica a análise do gestor público. E o interesse público não pode esperar.

Outro ponto a ser abordado é a questão de que, em consulta as Atas de Registro e Preços, Contratos disponíveis e vigentes não se vislumbrou contratações com o objeto da presente contratação, sequer similar, o que assim resta prejudicada de determinada forma a adesão.

No caso, ainda relevante registrar e se observar o Princípio Constitucional da Autonomia Municipal, previsto na Constituição Federal. A Constituição Federal, em seu art. 30, confere aos municípios autonomia para legislar e administrar seus assuntos locais. Essa autonomia implica na capacidade de os municípios decidirem sobre suas contratações de acordo com suas particularidades e necessidades. A adesão irrestrita a Atas de Registro de Preços de um Consórcio poderia limitar essa autonomia, tornando o município dependente de decisões centralizadas que podem não atender adequadamente à realidade local.

Aliás, a Administração Pública deve acima de tudo buscar a eficiência em suas contratações. Ao analisar a adesão a uma Ata de Registro de Preços de um Consórcio, é necessário avaliar vários fatores que não somente preços, bem como se as condições propostas para contratação, os tipos de objetos contratados, se são realmente vantajosas para o Município. Assim, considerando a Nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021, o previsto em seu art. 23, § 1º, as contratações agora, não se resumem ao "menor preço", mas ao "melhor preço", ou seja, a análise não se fundamenta apenas na economicidade da contratação, mas há um conjunto de outros fatores (prazos, especificações técnicas, exigências documental, dentre outros). Um exemplo, seria no caso da compra de alimentos, se o fornecedor for de Chapecó, ele conseguiria entregar hortifrutis com qualidade (e em tempo) em Joinville, em condições de consumo? Nota-se que a análise não é tão simples, mas recheada de prismas.

Inclusive pode-se vislumbrar que há (fora dos Consórcios) mercados mais competitivos ou condições mais favoráveis, o que justificaria a não adesão à ata dos Consórcios.

Outro ponto que merece ser anotado é que, a adesão aos Consórcios, traz ao Município, inclusive, custos adicionais (contrato de rateio, dentre outras despesas administrativas).

Merece destaque também que, em que pese haver, aparentemente, o cumprimento dos ditames legais por parte dos Consórcios, estes não atendem em sua plenitude ou na maioria das vezes as exigências das contratações aqui do Município, seja desde o procedimento de estruturação, construção do processos de compras, bem como da parte licitatória (e Edital), o que poderia gerar eventuais inseguranças jurídicas. Assim a não adesão a uma Ata de Registro de Preços de um Consórcio pode ser justificada pelo objetivo de garantir a qualidade e a integridade dos produtos e serviços contratados pelo Município. Por vezes, ainda as contratações através dos Consórcios podem englobar uma ampla gama de fornecedores e produtos, nem sempre passando por rigorosos processos de seleção e avaliação conforme é realizado aqui no Município. Assim, ao realizar contratações independentes, o Município pode estabelecer critérios mais rigorosos de seleção, buscando garantir a qualidade dos produtos e serviços contratados, bem como a idoneidade das empresas envolvidas.

Em que pese termos a figura do Consórcio ser algo "maior" que o Município, que poderia angariar maiores vantagens (principalmente financeira, muito devido as quantidades a contratar) ainda não se vislumbra dessa forma, no qual os procedimentos de contratação merecem um melhor amadurecimento. Justifica-se assim, a não adesão uma vez que ainda se identifica fragilidades, riscos significativos associados a essas contratações. Isso pode incluir riscos relacionados à qualidade dos produtos ou serviços, capacidade dos fornecedores em atender às demandas necessárias (em tempo) ou até mesmo riscos de imprevistos contratuais. Desta forma, ao realizar contratações independentes, o Município pode adotar medidas de mitigação de riscos mais adequadas à sua realidade e necessidades, protegendo seus interesses e evitando problemas futuros.

Há que se notar ainda a questão de inflexibilizar a gestão do Município quanto a gerir suas contratações, pois estas seriam deixariam de estar no controle da municipalidade, podendo haver prejuízos, principalmente quanto ao atendimento em tempo das demandas, que muitas vezes são impreviáveis e surgem ao longo do ano. Assim, a não adesão à Ata de Registro de Preços de um Consórcio permite que o Município tenha mais flexibilidade na gestão de suas contratações. A adesão a uma ata de um consórcio implica em estar vinculado aos fornecedores e condições preestabelecidas no momento da Ata, o que pode limitar a capacidade do município de responder a mudanças e adaptações necessárias ao longo do tempo.

Cabe destacar ainda que, cada Município tem necessidades específicas em termos de especificações técnicas (dos produtos e serviços) que deseja adquirir que na maioria das vezes não é compatível com os demais. Se a Ata de Registro de Preços do Consórcio ou Termos de Contrato não contemplar todas essas especificações técnicas específicas, o Município pode justificar sua não adesão com base na necessidade de atender a requisitos técnicos particulares.

Por sua vez a não adesão à Ata de Registro de Preços e Termos de Contrato pode ser

justificada com base na necessidade de garantir a transparência e o controle do processo de contratação pública. Ao realizar contratações independentes, o Município tem maior controle sobre o processo (como um todo, desde seu início até sua conclusão), podendo adotar medidas adicionais para assegurar a lisura e a transparência em todas as etapas. Isso inclui a elaboração de editais de licitação, a realização de julgamentos transparentes e a publicidade adequada dos resultados, fortalecendo a credibilidade e a confiança na Administração Municipal.

Inclusive a não adesão à Ata de Registro de Preços e Termos de Contrato pode ser justificada quando o Município identifica riscos significativos associados à adesão. Isso pode incluir riscos relacionados à qualidade dos produtos ou serviços, capacidade dos fornecedores em atender às demandas necessárias ou até mesmo riscos de imprevistos contratuais. Ao realizar contratações independentes, o Município pode adotar outras medidas de mitigação de riscos mais adequadas à sua realidade e necessidades, protegendo seus interesses e evitando problemas futuros.

Ao não aderir a uma ata de registro de preços de um consórcio, o Município pode promover a concorrência entre fornecedores, principalmente dos locais. Isso pode estimular a economia local, fomentando o desenvolvimento de empresas e empreendedores locais, além de possibilitar a contratação de produtos e serviços com características específicas da região, o que pode contribuir para a identidade e o crescimento econômico do Município. Outro ponto é que estes (Consórcios) podem limitar a concorrência e reduzir a possibilidade de obter preços mais competitivos, principalmente junto ao mercado local. Isso pode limitar a capacidade do Município de buscar soluções mais eficientes e adequadas para suas demandas específicas, especialmente considerando as particularidades socioeconômicas, culturais e geográficas de cada localidade. Aliás, a centralização de compras no consórcio inviabiliza o estímulo à livre concorrência e à economia regional.

Aliás, a não adesão às Atas de Registro de Preços ou Termos de Contrato dos Consórcios permite que o Município busque soluções mais adequadas e personalizadas, considerando suas particularidades e visando a prestação de serviços de maior qualidade aos cidadãos.

Outro ponto que deve-se ter em consideração é a autonomia que o(s) Consórcios possuem, no qual a interferência do Município é relativa. Não tendo qualquer controle, principalmente quanto suas prioridades de contratação ou objetos de contratação. Estes são compostos por vários municípios, com demandas diferentes, e que, inclusive, simultaneamente podem ambos ter Atas ou Contratos para serviços similares, o que, de igual forma, não se imagina infringir o previsto no art. 82, inc. VIII da Lei nº 14.133/2021. Inclusive aqui um ponto ser ressaltado, vislumbra-se que a vedação remeta a contratações internas, não atingindo contratações de outros entes externos (como no caso os Consórcios). Devemos tomar cuidado na interpretação literal da Lei.

Há ainda junto as documentações dos Consórcios, em que não há obrigatoriedade de sua participação, conforme Termo de Uso de Licitações Partilhadas do CINCATARINA - TU139/01:

[...]

1. ENTE DA FEDERAÇÃO CONSORCIADO

[...] poderão participar do Projeto de Licitações Compartilhadas do CINCATARINA. (grifo nosso)

Por sua vez o Protocolo de Intenções do Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA (Segunda Alteração e Consolidação):

Art. 3º - Para o cumprimento de seus objetivos e finalidades o CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA, entre outros, poderá:

[...]

XIII – Realizar licitação da qual, nos termos do edital, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados, podendo entre outros:

a) Realizar licitações compartilhadas em favor dos entes consorciados, acompanhar a execução, bem como proceder à aquisição, administração ou gestão compartilhada de bens e serviços de interesse dos entes consorciados, inclusive para a execução de ações ou programas Federais e Estaduais transferidos ou conveniados com os entes da federação;

No caso do Protocolo de Intenções do CIM-AMUNESC:

Cláusula 14 [...]

Parágrafo único: Para a consecução da gestão associada, os Municípios podem delegar ao Consórcio o exercício das competências que ensejem o cumprimento de seus objetivos, objeto e finalidades do Consórcio. (grifo nosso)

Ou seja, em ambos, não se constata a obrigatoriedade de adesão às contratações dos consórcios ou que estes tenham que realizar as contratações pelos municípios.

Em regra o Município faz parte, porém, isso **não gera a obrigação de participar das licitações** ou de aderir às suas Atas de Registro de Preços ou Termo de Contrato.

Da mesma forma, ambos os instrumentos de adesão respeitam a autonomia dos entes federativos consorciados em seu bojo.

Diante do exposto, cumpre registrar que, a participação à adesão a contratações através dos Consórcios perpassa pela análise de oportunidade e conveniência do gestor público. Principalmente quanto da oportunidade em condições principalmente em que o Município se veja desabastecido (ou em necessidade urgente e que já haja Ata ou Termo de Contrato vigente) ou que não tenha condições por si só de realizar suas contratações. O que não é o caso da presente contratação.

5.3.1) Fornecimento contínuo x não contínuo

Considerando que as quantidades, bem como tipos de eventos podem variar ao longo do ano letivo;

Considerando que o calendário de eventos podem ser alterados de um ano para outro (supressão ou inclusão de novos eventos), o que torna imprevisível a demanda;

Não se demonstra assim ser vantajosa uma contratação contínua, pelo contrário, torna-se mais relevante uma contratação por registro de preços, para se contratar somente o necessário e quando necessário.

Conclusão - melhor solução: Portanto, diante das opções de mercado apresentadas, comparando-se as soluções encontradas, de forma objetiva, a mais vantajosa para a Administração Pública sob os aspectos da conveniência, economicidade e eficiência é a **contratação de serviços de sonorização, iluminação, estrutura de palco, projeção, estandes e afins, através do Sistema de Registro de**

Preços.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

6.1 - Os valores estimados para a contratação, bem como suas memórias de cálculo estão discriminados no presente processo, após a conclusão da pesquisa de preços, o qual deverá estar compatível com o histórico de contratações anteriores.

6.2 - No entanto, de início, estima-se a contratação no valor de **RS 1.500.000,00**.

6.3 - Quanto ao sigilo do valor estimado da contratação e dos parâmetros utilizados para calcular o valor estimado da contratação no Memorial Descritivo

De início, por oportuno destacar que, o "sigilo" quanto ao valor estimado, bem como quanto aos parâmetros utilizados para a formação do valor, frise-se que é apenas quando de sua fase preparatória, considerando que, entre os parâmetros permitidos para composição do valor estimado da contratação há a "pesquisa direta com fornecedores", que poderão ser influenciados com qualquer tipo de indicação de valor preliminar previsto à contratação, podendo prejudicar a lisura de pesquisa de mercado do processo, e por consequência da futura competitividade do certame licitatório.

Neste sentido, segundo o Ronny Charles L. Torres "quando uma das partes disponibiliza essa informação (sobre o preço máximo que admite pagar ou o preço mínimo que admite vender) à parte contrária, esta última passa a deter certa vantagem no processo de negociação." (Orçamento sigiloso e a potencial vantagem econômica na Contratação Pública. Disponível em: <https://ronnycharles.com.br/orcamento-sigiloso-e-a-potencial-vantagem-economica-na-contratacao-publica/>. Acesso em: 03. jul. 2023).

Sobre o tema, o mesmo doutrinador prossegue:

Assim, em uma licitação para a contratação de determinado serviço, quando a Administração informa previamente o preço máximo que aceita pagar, ela cria um incentivo econômico para que o fornecedor utilize este valor como referência de proposta, mesmo que seu preço real seja inferior. Este comportamento é muito comum, notadamente quando se adota o procedimento de lances, sem desclassificação das propostas com valores mais elevados, característico do pregão eletrônico. A possibilidade de reduzir, ou não, sua proposta através de lances sucessivos, de acordo com o nível de competitividade do certame e a necessidade, garante um incentivo à maximização dos preços, no momento da apresentação das propostas, sem risco de desclassificação.

Noutro diapasão, sem a baliza do preço máximo estimado, as propostas podem representar, com maior fidedignidade, o preço que o mercado oferece para tal pretensão contratual. Assim, com o orçamento sigiloso, sem a referência máxima informada pela Administração, os licitantes tenderiam a apresentar propostas de acordo com suas próprias estimativas, deixando de usar a referência maior para maximizar seus lucros. [...]

Em uma licitação pública, na qual existe sigilo do orçamento estimado para a contratação, dependendo da modelagem do certame, a racionalidade econômica do fornecedor é oferecer o preço mais baixo e as melhores condições, para vencer a licitação, pois não há referência de valor disponível de dispêndio. Noutro prumo, quando a estimativa de custos é publicizada e a Administração indica o máximo que está disposta a pagar, a racionalidade econômica do fornecedor pode se alterar. [...]

Ademais, esse ônus para que os licitantes estimem seus custos para apresentar suas propostas, antes da licitação, pode ser um fator importante para que licitantes deixem de apresentar propostas com preços inexequíveis, evitando posteriores frustrações contratuais, tão prejudiciais à Administração Pública.

Ainda, segundo Renila Lacerda Braganoli, "o instituto do orçamento sigiloso tem, via de regra, a função de mitigar a assimetria de informações entre o mercado privado e a Administração Pública, sendo também uma forma de combater os cartéis e os conluos entre as licitantes." (Orçamento sigiloso: quando utilizar e quando não utilizar? Disponível em: <https://portal.solicitac.com.br/Noticia/17455>. Acesso em 03 jul. 2023). Dentre as vantagens do orçamento sigiloso, é referido pela doutrina que, com ele, busca-se equiparar a chamada "assimetria de informações", ou seja, o órgão não sabe o preço mínimo do fornecedor e ele também não sabe o preço máximo. Isso pode gerar vantagem econômica na contratação de modo que o preço máximo estimado pelo órgão não sirva como um parâmetro para que os licitantes ofertarem as suas propostas aplicando apenas um percentual de redução de valores, muitas vezes, sem trabalho técnico e responsável e sem analisar detidamente todos os elementos do Edital.

Uma grande vantagem é que, quando da adoção do orçamento sigiloso, as empresas consultadas deverão apresentar sua proposta com base em suas próprias estimativas de custos, deixando de usar a referência de preços que a Administração disponibilizou. Força-se, assim, que as empresas consultadas a fornecer orçamento tenham uma área profissional de orçamentação/custos, capaz de formar o preço de mercado da empresa para aquela realidade de contratação. E o que estimula inclusive os futuros proponentes.

Sua utilização é lastreada no interesse público de se alcançar a melhor contratação, mediante a competitividade em busca da proposta mais vantajosa.

No mais, as licitações com base na Lei nº 8.666/93 não terem essa previsão quanto a divulgação preliminar do valor estimado da contratação, não se constatou prejuízos às contratações realizadas por esta Secretaria até então.

Outro ponto a ser exposto é que, conforme já assentado pelo TCU (Acórdão 3011/2012 – Plenário), a adoção do orçamento sigiloso é medida discricionária, devendo o gestor adotar quando entender que essa restrição implicará na obtenção da proposta mais vantajosa, sendo de igual maneira discricionária.

É, portanto, recomendável sua utilização quando embasada no interesse público de se alcançar a melhor contratação, mediante a competitividade em busca da proposta mais vantajosa.

Como desvantagens de se manter público o valor estimado da contratação (bem como dos parâmetros que foram utilizados para sua composição):

- Limitação da concorrência: a divulgação do valor estimado da contratação pode limitar a concorrência, uma vez que os fornecedores podem ajustar seus preços de acordo com o valor divulgado, em vez de oferecerem preços mais competitivos;

- Risco de sobrepreço: a divulgação do valor estimado da contratação pode levar a um risco de sobrepreço, uma vez que os fornecedores podem ajustar seus preços de acordo com o valor divulgado, em vez de oferecerem preços mais justos em relação ao mercado;
- Dificuldade de ajuste do valor: a divulgação do valor estimado da contratação pode limitar a capacidade da administração pública de ajustar o valor ao longo do tempo, caso haja mudanças nas condições do mercado ou nas necessidades da administração pública;
- Risco de desequilíbrio econômico-financeiro: a divulgação do valor estimado da contratação pode levar a um desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, uma vez que o preço é fixado previamente e não há garantia de que o fornecedor será capaz de cumprir com suas obrigações ao longo do tempo.

No Direito Europeu, tal como construído pelo Tribunal de Justiça da União Europeia, considera-se que o excesso de transparência pode acarretar prejuízos para a licitude da licitação (SANCHEZ-GRAELLS, Albert. The difficult balance between transparency and competition in public procurement: some recent trends in the case law of the European Courts and a look at the new directives University of Leicester School of Law Research Paper No. 13-11. 2013. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2353005>. Access in: 11 Mar. 2017, p. 13), o que torna extremamente frágil o dito potencial da divulgação preliminar do valor estimado da contratação. Assim, demonstra-se que os riscos associados à manutenção do sigilo mostram-se menos prejudiciais ao Poder Público.

De acordo com o Acórdão do TCU nº 2080/2012 - Plenário, o Ministro José Jorge afirmou que é firme o entendimento do TCU de que a administração não está obrigada a anexar ao edital o orçamento de referência da licitação e de que seria necessário apenas constar o documento do respectivo procedimento administrativo, conforme interpretação da Lei nº 10.520/2002. Nessa mesma decisão, afirma José Jorge que, embora a ampla publicidade seja imperativa na administração Pública, no caso tratado, de diferimento da publicação das informações do orçamento estimativo, o acesso ao orçamento colidiria com outros princípios não menos importantes, como o da busca da proposta mais vantajosa para a administração e, consequentemente, a reserva do seu conteúdo não viola o princípio da publicidade, nem mesmo o seu propósito de assegurar o controle pela sociedade da legalidade e da legitimidade dos atos administrativos. No relatório da decisão ora comentada traz uma justificativa pela qual, nesse caso, o acesso ao orçamento colidiria com a busca pela proposta mais vantajosa. Trata-se de verificação empírica da eficiência da utilização do sigilo dos orçamentos. Conforme informações apresentadas pelo FNDE, em síntese de resultados de licitações realizadas por meio de pregão com sistema de registro de preços, a não divulgação do orçamento estimado na fase interna (ou melhor, sua postergação) acabou por gerar descontos significativos em relação ao valor estimado. (A contribuição do orçamento sigiloso para a eficiência das licitações e contratações públicas: uma análise a partir das decisões do TCU. Disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/opinaojuridica/article/view/2248/981>. Acesso em: 3 jul. 2023)

De forma semelhante é a justificativa quanto a informar no Memorial Descritivo "qual ou quais dos parâmetros elencados no art. 23 da Lei 14.133/21 foi ou foram utilizados para calcular o valor estimado da contratação", uma vez que, os valores estimados para a aquisição, bem como suas memórias de cálculo estarão discriminados no presente processo, após a conclusão da pesquisa de preços. A disposição contida no art. 6º, inc. XXIII, "I", da Lei nº 14.133/2021, fará parte do processo de Requisição de Compras, junto ao documento "Orçamentos Planilhados" onde estará previsto a "estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos". Ou seja, atendendo o previsto em Lei. Não há como tratar do processo de compras como várias fases individualizadas, pois o resultado final é único, então, considerando a lisura do mesmo não se constata óbice quanto a informação estar junta o outro documento que compõe a contratação.

Aliás, a justificativa ainda para que não seja elencado, já no Memorial Descritivo, diga-se no momento da pesquisa de mercado para a formação do valor estimado da contratação, segue a mesma linha de raciocínio já exposto acima quanto ao orçamento sigiloso que não é divulgado preliminarmente, para não influenciar a possível pesquisa junto ao mercado fornecedor.

Considerando o bojo trago até então, conclui-se que, deve-se tratar o "sigilo" como um instrumento de maior eficiência às contratações públicas. A postergação da divulgação do valor estimado e dos parâmetros de sua composição, em que pese não afastar a importância de sua estimativa (e que será feito dentro do processo, após a pesquisa de mercado), auxilia quanto ao atendimento de uma maior vantagem para a Administração Pública.

Assim, se tratando de uma perspectiva econômica, o "caráter sigiloso" do orçamento, dos parâmetros de composição dos valor(es) estimado(s) pode(m) ter o intuito de induzir melhores propostas, atendendo aos princípios da competitividade, da eficiência e da economicidade, buscando evitar que o preço de reserva da Administração influencie um alinhamento das propostas apresentadas.

No mais o processo de compras é público, podendo o interessado a qualquer momento após sua publicação do Edital solicitar acesso a documentação que lhe dá base, não trazendo assim qualquer prejuízo quanto a transparência.

No mais não há prejuízo à competitividade, considerando que posteriormente, quando da publicação do Edital, será publicado juntamente o valor estimado da contratação.

Para que não haja interferência na pesquisa de preços, que inclusive poderá ser realizada junto aos fornecedores, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e Instrução Normativa nº 04/2022/SAP, optou-se por não divulgar os valores estimados no Memorial Descritivo, bem como não se demonstra vantajoso a divulgação dos parâmetros que irão serem utilizados para a composição do valor médio.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Após análise das soluções de mercado supra elencadas, considerando os elementos dispostos em cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido a **contratação de serviços de sonorização, iluminação, estrutura de palco, projeção, estandes e afins, através do Sistema de Registro de Preços.**

- Da Garantia dos Serviços

- A(s) CONTRATADA(S) deverá(ão) fornecer(em) garantia de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

- A(s) CONTRATADA(S) deverá(ão) **no ato** (quando solicitado pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização), após notificada, sem ônus para CONTRATANTE, substituir os equipamentos que porventura venham a apresentar algum defeito ou vício ou que não estejam de acordo com as especificações contidas neste Memorial Descritivo ou proceder as correções (refazer) os serviços que apresentarem qualquer irregularidade ou que estejam em desacordo com o Memorial Descritivo, executando-o de acordo com a fiscalização da CONTRATANTE;

- Manter todos os equipamentos necessários à execução dos serviços, em condições de uso. Responsabilizar-se pela recomposição e substituição de equipamentos e materiais danificados durante a execução dos serviços obedecendo sempre as especificações originais existentes.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

8.1 - O objeto da presente contratação é divisível e pode ser parcelado em tantas parcelas quanto tecnicamente e economicamente viáveis, respeitadas as margens legais;

8.2 - A escolha do critério (parcelamento) fora desta forma definida objetiva-se o melhor preço para a Administração Pública, devido ao fato de que, o parcelamento (ser a regra), não haver prejuízo ou perda de economia, se demonstra como mais vantajoso para a contratação em tela, bem como quanto a um melhor aproveitamento de mercado e inclusive de competitividade (ampla participação de licitantes);

8.3 - Assim, não se vislumbra impedimentos quanto ao parcelamento "por item" do objeto da contratação;

8.3.1 - Entretanto, não se vê como vantajoso para a contratação a aplicação do tratamento favorecido, diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte previsto no Decreto Federal nº 8.538/2015, tendo em vista que poderá trazer prejuízos no ato da prestação do objeto da contratação, no tocante a compatibilidade de equipamentos, qualidade dos equipamentos, bem como equipes diferentes para montagem, desmontagem e técnicos, o que poderia prejudicar o resultado final esperado.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Os resultados pretendidos com a presente contratação não estão atrelados apenas a termo de economicidade e de aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros, mas principalmente ao interesse público a ser atendido, que muitas vezes não está diretamente interligado a todas essas questões.

Entretanto, aqui relevante constar que, os resultados pretendidos a todos os níveis (economicidade, aproveitamento de recursos - seja de qualquer espécie) estão atrelados ao atendimento da necessidade da existente e da formatação da contratação, no sentido que estão previstos nos demais tópicos deste termo.

Quanto a economicidade, ao realizar licitações é possível obter propostas mais competitivas, resultando em economia para os cofres públicos. No caso, ao se utilizar instrumentos como o registro de preços ou a ata de registro de preços, a administração pública pode obter condições mais vantajosas na contratação dos serviços, otimizando os recursos disponíveis. Permite um melhor planejamento financeiro, pois os custos são previsíveis e fixos.

Ao se contratar serviços especializados, a administração pública pode direcionar seus recursos humanos para atividades essenciais, aumentando a eficiência e a produtividade. Ainda ao se contratar fornecedores especializados, é possível garantir a qualidade dos equipamentos a serem utilizados nos eventos, contribuindo para uma melhor experiência para os participantes. No caso ainda poderá contar com profissionais qualificados e experientes na prestação desses serviços, garantindo um resultado final de alta qualidade. As empresas especializadas possuem expertise na área, o que resulta em uma execução profissional e eficiente dos serviços. Ao contar com fornecedores qualificados e experientes, a administração pública pode reduzir os riscos de falhas ou imprevistos nos eventos, garantindo uma execução mais segura e eficaz.

Além, a contratação de terceiros pode oferecer vantagens de economicidade. Isso inclui acesso a equipamentos e técnicos experientes, redução de custos de manutenção interna e adaptação flexível às flutuações de demanda. Inclusive estas empresas podem evitar a necessidade de investir em equipamentos caros, além de reduzir custos operacionais associados ao armazenamento desses recursos. Será de responsabilidade dessas empresas especializadas a responsabilidade pela coordenação logística, desde a entrega dos equipamentos até a configuração no local do evento. Isso reduz a carga de trabalho e o estresse associados à organização logística interna.

A contratação de serviços de sonorização pode levar à redução de custos em comparação com a compra e manutenção de equipamentos próprios. Isso ocorre porque a empresa de sonorização é responsável pela compra, manutenção e atualização dos equipamentos, o que elimina esses custos para a Administração Pública. A no mesmo sentido a eliminação de custos indiretos, como treinamento de funcionários para operar os equipamentos e armazenamento dos equipamentos.

Ao terceirizar, a Administração Pública pode otimizar a alocação de recursos humanos internos, utilizando sua equipe para atividades centrais enquanto especialistas externos lidam com as demandas específicas do evento.

Empresas especializadas do ramo estão atualizadas sobre as normas e regulamentações da indústria. Ao contratar esses serviços, as organizações podem garantir o cumprimento de requisitos legais e padrões de segurança, minimizando riscos legais.

A contratação de serviços de sonorização elimina a necessidade de investir em equipamentos próprios, o que libera capital para outros investimentos.

Por sua vez, a contratação pelo Sistema de Registro de Preços, apresenta como resultados positivos, no qual permitirá a solicitação do quantitativo dos serviços registrados que melhor lhe pouver, sem a necessidade de aquisição de equipamentos a fim de evitar possível falta, garantindo que os serviços contratados sejam somente o necessário naquele momento. O registro de preços, por não possuir uma obrigatoriedade na contratação, não exige o bloqueio orçamentário até a efetiva solicitação do serviço registrado, permitindo, quando for o caso, realocação de recursos, inclusive auxiliando em situações de urgência e emergência que podem alterar as prioridades orçamentárias. O preço registrado garante uma maior economia ao erário, pois apesar da demanda existir constantemente, é sazonal.

Ou seja, tudo isso agrega, quanto a melhor aproveitamento de recursos humanos, materiais, financeiros e de economicidade ao final.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Não há necessidade de providências adicionais.

A Secretaria de Educação dispõe de corpo técnico capacitado tanto para fiscalização como para a gestão contratual da futura contratação.

Desta forma, não há, num primeiro momento, ações que devem ser executadas pela Administração antes da formalização da futura contratação, com vistas à correta execução contratual.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste

campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Há contratação correlata ao objeto da presente contratação, processo da SECULT, SEI 23.0.194269-9 (Pregão Eletrônico nº 520/2023). Entretanto, na grande maioria dos itens há apenas similaridade ao objeto da presente contratação. Os que os descritivos se equivalem, há que se considerar que, a demanda da SECULT não considerou a demanda da SED, inclusive pelos propósitos diferentes da contratação. Qualquer subrogação de quantidades poderá prejudicar as previsão de eventos da SECULT.

Não há contratações correlatas nem interdependentes em compras unificadas, a nível municipal ou a nível de Atas ou Contratos vigentes com mesmo objeto perante aos consórcios (CINCATARINA e CIM-AMUNESC) no qual o Município faz parte.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

12.1 - Possíveis impactos ambientais

- Consumo energético elevado;
- Poluição sonora;
- Descarte inadequado de equipamentos eletrônicos, acessórios;
- Descarte inadequado de materiais descartáveis como p. ex. embalagens para transporte e armazenagem dos equipamentos;
- Utilização de materiais não sustentáveis p. ex. na construção dos stands;
- Produção de resíduos durante as montagens e desmontagens;

12.2 - Medida mitigadoras

- Priorizar a reutilização de equipamentos sempre que possível, reduzindo a necessidade de produção de novos dispositivos;
- Considerar a sustentabilidade ao escolher equipamentos, avaliando seu ciclo de vida completo, desde a produção até o descarte;
- Implementar práticas sustentáveis durante os eventos, tais como programação inteligente das luzes e controle automático do volume do som, evitando sobrecarga no sistema elétrico local;
- Optar por equipamentos de iluminação e som mais eficientes energeticamente, como tecnologias LED e sistemas de som de baixo consumo energético;
- Acompanhar o consumo de energia durante os eventos e identificar oportunidades para otimização e redução do uso desnecessário;
- Realizar um planejamento eficiente do layout do evento, da disposição dos equipamentos de som e iluminação e da gestão de resíduos pode contribuir para a redução do impacto ambiental;
- Controlar e monitorar os níveis de ruído durante os eventos para garantir que estejam dentro dos limites permitidos e minimizar a poluição sonora;
- Implementar estratégias de gestão de resíduos, como a separação adequada de materiais recicláveis e a doação de itens reutilizáveis após o evento;
- Escolher materiais sustentáveis e recicláveis na construção dos stands, minimizando o impacto ambiental;
- Estabelecer políticas de gestão de resíduos eletrônicos, promovendo a reciclagem e a disposição adequada de equipamentos obsoletos.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

Nº	A - Identificação de riscos (processo de busca, reconhecimento e descrição de riscos, que envolve a identificação de suas fontes, causas, etc.) - considerar todas as fases da contratação (planejamento, seleção do fornecedor e execução)	Nível	B - Análise de riscos (compreensão das causas e consequências imediatas, envolvendo a consideração detalhada de incertezas, fontes de risco, cenários, controles e sua eficácia)	Nível	C - Avaliação de riscos (processo que visa apoiar decisões sobre como responder a riscos e que envolve a comparação de resultados da análise de riscos com a assunção deste pela Administração Municipal, ponderando a probabilidade de ocorrência e o impacto)	D - Tratamento de riscos (qualquer ação adotada para lidar com risco)	Conduta
1	Não previsão no Plano de Contratação Anual e Plano Orçamentário	1	Impactos de ordem orçamentária, entretanto, afetam a contratação	1	Baixo	Ajustar o PCA vigente. Planejar com atencendências as demandas	Mitigar
2	Morosidade devido aos trâmites burocráticos para efetivar a contratação	3	Considerando todos os trâmites oriundos das Leis de regência das contratações públicas, podem haver entraves durante a análise e efetivação da contratação. Consequentemente não atender ao interesse público em tempo	3	Alto	Antecipar as contratações. Haver planejamento para que a contratação ocorra em tempo. Priorizar agilidade nas analises e tramitações do processo na fase interna	Mitigar
3	Ausência de estudos preliminares e imprecisão das definições na construção do processo de compras	1	Especificações insuficientes ou incompletas podem prejudicar a contratação. Com definições imprecisas poderá causar desinteresse do mercado, não se contratar o suficiente ou se contratar além do necessário. Não se atenderia de forma plena o interesse público	3	Médio	Capacitar os servidores envolvidos. Escolher servidores com aptidão com o objeto a ser contratado	Mitigar
			Especificações			Aumentar o número de	

4	Servidores em quantidade ou qualificação inadequada - servidores não detêm as competências multidisciplinares necessárias	2	Especificações incompletas ou com requisitos irrelevantes ou indevidamente restritivos. Assim não alcançar-se-á os objetivos pretendidos com a contratação	2
5	Pesquisa de mercado insuficiente	2	Subestimada as opções de mercado, o que poderá causar restrição no futuro certame licitatório. Bem como imprecisão do valor médio para a contratação	3
6	Ausência de Gerenciamento de Risco (permite ações contínuas de planejamento, organização, fiscalização dos riscos que possam comprometer a execução do Contrato)	2	Imprevisibilidade dos resultados esperados. O atendimento aos objetivos pretendidos é relativizado	1
7	Cotações de preços para formação do preço médio da contratação elevados ou demasiadamente baixos	2	Prejuízo ao erário Público ou desinteresse de mercado	2
8	Quantitativo subestimado ou superestimado	2	Não atendimento ao interesse público pela insuficiência da quantidade ou desperdício de dinheiro público no caso de superestimada a quantidade	3
9	Ausência de recursos orçamentários	2	Indisponibilidade orçamentária impedindo contratação ou inviabilizando o contrato, gerando prejuízo à Administração.	4
10	Falta de interessados no futuro certame licitatório	3	Não atendimento ao interesse público em tempo. Retrabalho quanto a construção de novo processo e revisão dos critérios contidos anteriormente.	4
11	Impugnação do Edital ou documento equivalente	2	Suspensão ou revogação do certame licitatório. Não atendimento ao interesse público no que se refere a elaboração do processo licitatório. Dependendo do resultado final, pode culminar em retrabalho quanto a construção de novo processo e revisão dos critérios contidos anteriormente.	3
12	Licitação fracassada ou deserta	2	Não atendimento ao interesse público em tempo. Retrabalho quanto a construção de novo processo e revisão dos critérios contidos anteriormente.	4
13	Apresentação de recurso quanto ao resultado final da licitação	2	Não atendimento ao interesse público em tempo. Dependendo do resultado, por gerar retrabalho quanto a construção de novo processo e revisão dos critérios contidos anteriormente.	2
			Atendimento parcial ou	

Médio	servidores envolvidos, bem como capacitar os servidores que participarão do planejamento e construção do processo de compras	Evitar
Médio	Capacitar o(s) responsável(is) pelo planejamento e construção do processo de compras. Ampliar a pesquisa de mercado	Evitar
Baixo	Capacitar o(s) responsável(is) pelo planejamento e construção do processo de compras	Evitar
Médio	Capacitar o(s) servidor responsável pela pesquisa de preços. Realizar ampla pesquisa de mercado	Evitar
Médio	Capacitar o(s) responsável(is) pelo planejamento e construção do processo de compras. Realizar um amplo mapeamento de necessidades	Evitar
Alto	Antes das contratações fazer reserva orçamentária para tal finalidade (LOA) ou se for o caso realizar a reprogramação orçamentária	Evitar
Alto	Ampla pesquisa de mercado para definição clara nos termos do instrumentos de contratação. Ampla divulgação do Edital	Evitar
Médio	Construir o processo de compras de forma adequada (tecnicamente se falando) com ampla pesquisa de mercado com exposição clara das condicionantes e especificidades da contratação	Evitar
Alto	Ampla pesquisa de mercado para definição clara dos termos do instrumento de contratação. Fazer análise do histórico de contratações neste sentido com objeto idêntico ou similar. Ampla divulgação do Edital	Evitar
Médio	Realizar adequada instrução processual	Mitigar
	Solicitar documentos de habilitação de	

14	Proposta inexecuível por parte da(s) Contratada(s)	2	não atendimento em sua totalidade ao objeto da contratação. O que pode inclusive gerar a necessidade de novo processo licitatório	3	Médio	Realização de uma avaliação de forma suficiente a corroborar a proposta apresentada. Realizar diligências se necessário	Transferir
15	Contratada(s) se recusar(em) a assinar(em) o Contrato	2	Impossibilidade de contratar. Desistência quanto ao atendimento ao objeto da contratação. Necessidade de uma nova contratação	5	Alto	Elaborar Estudo Técnico Preliminar, Análise de Riscos e Memorial Descritivo que apresentem estudo comparado realizado e de forma a atender às reais necessidades de negócio e com preços e prazos viáveis para o mercado	Mitigar/transferir
16	Contratada(s) sem capacidade técnica para atender(em) ao objeto da contratação	2	Atendimento parcial ou não atendimento em sua totalidade ao objeto da contratação, podendo causar falhas nos eventos	3	Médio	Ampla pesquisa de mercado para definição clara dos termos do instrumento de contratação, bem como disposição de sanções e penalidades no Edital visando evitar empresas inaptas de participar da licitação. Sem contar o fato da necessidade da avaliação da capacidade técnica da empresa.	Mitigar/transferir
17	Descumprimento dos prazos de prestação dos serviços	3	Atendimento parcial ou não atendimento em sua totalidade ao objeto da contratação, prejudicando a realização dos eventos	4	Alto	CAF fiscalizar e estar atenta quanto a execução contratual. Se necessário notificar ou aplicação das devidas penalidades, no caso de descumprimento	Mitigar/transferir
18	Falha na prestação dos serviços - inexecução parcial ou total	3	Descumprimento contratual. Não atendimento ao interesse público, seja de forma parcial ou total	3	Alto	Estar atenta a empresa Contratada. Verificar constantemente a regularidade fiscal e demais documentação correlata. Notificar a Contratada. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Mitigar/transferir
19	Ausência de acompanhamento e fiscalização do futuro contrato	1	Distorções na execução do objeto contratado. Inexecução contratual. Não atendimento de forma plena a demanda	1	Baixo	Capacitar e orientar a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato quanto a importância da rotina na fiscalização. Se for o caso, substituir o(s) servidores que fazem parte da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento	Mitigar
20	Responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato não possuir competência multidisciplinar necessárias para a atividade	2	Não fiscalização adequada do objeto da contratação. Passível de inexecução contratual. Não atendimento de forma plena do interesse público	1	Baixo	Capacitar e orientar a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato quanto a importância da rotina na fiscalização. Se for o caso, substituir o(s) servidores que fazem parte da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento	Mitigar

Classificação dos Riscos

21	Contratada(s) não manter(em) a regularidade fiscal durante a execução do contrato	2	Falha na prestação na execução do objeto contratado (sem receber, a Contratada pode suspender a prestação dos serviços)	2
22	Extinção contratual por descumprimento	2	Não atendimento ao interesse público. Paralisação da prestação dos serviços. Necessidade de uma nova contratação	5
23	Alteração do escopo da contratação	1	Descumprimento contratual. Não atendimento ao interesse público, seja de forma parcial ou total	3
24	Falência da empresa(s) Contratada(s)	3	Não atendimento ao interesse público seja parcial ou total	4
25	Divergência com a(s) Contratada(s) sobre os serviços no momento da execução	1	Descumprimento contratual. Não atendimento ao interesse público, seja de forma parcial ou total	2
26	Atraso na montagem dos equipamentos	1	Falta de planejamento adequado, problemas logísticos, equipamentos danificados o que poderá prejudicar o evento	3
27	Problemas técnicos durante o evento	2	Falhas nos equipamentos, montagem inadequada, má qualidade dos equipamentos, falta de testes prévios, falta de suporte	2
28	Risco de lesões ou acidentes durante a montagem ou desmontagem dos equipamentos	2	Falta de treinamento à equipe técnica responsável; condições de trabalho perigosas, falta ou utilização inadequada de EPIs	2
29	Vandalismo ou roubo de equipamentos durante os eventos	1	Falta de segurança adequada, o que poderá gerar prejuízos para a Administração Pública	2

Médio	Fiscalizar rotineiramente as condições fiscais e tributárias da Contratada. Notificar a contratada. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Transferir
Alto	CAF estar atenta rotineiramente quanto a execução contratual, buscando evitar descumprimentos que culminem na extinção contratual. Notificar a contratada. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Transferir
Médio	CAF estar atenta rotineiramente quanto a execução contratual, buscando evitar descumprimentos que culminem na alteração do escopo da contratação. Notificar a contratada. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Mitigar/transferir
Alto	Fiscalização constante. Contratação emergencial e nova licitação	Mitigar/transferir
Baixo	CAF estar atenta ao cumprimento das exigências e condições da contratação. Notificar a contratada. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Mitigar/transferir
Médio	Estipular com prazo / cronograma com prazos razoáveis entre as partes para que não ocorram esse tipo de problema	Mitigar/transferir
Médio	CAF verificar se as Contratadas possuem pessoal técnico qualificado e experientes. Realizar testes antes do início dos eventos	Transferir
Médio	CAF estar atenta as condições de trabalho dos empregados das Contratadas; verificar a utilização de EPIs; Verificar se possuem treinamento e se estão seguindo as norma técnicas de segurança	Transferir
Baixo	CAF estar atenta a segurança do local do evento; fazer inventário / identificação dos equipamentos	Mitigar

30	Cancelamento ou interrupção do evento por problemas técnicos		2	Falhas significativas dos equipamentos ou até mesmo situações imprevisíveis como condições climáticas adversas podem prejudicar a realização do evento		4	Alto	Contratadas realizarem manutenção preventiva e testes antes das instalações dos equipamentos para os eventos; ter plano de contingência no caso de condições climáticas adversas	Transferir	
31	Cancelamento do evento de forma inesperada tendo já toda a estrutura já montada		1	Trará prejuízos para a Administração Pública, pois os custos teriam que ser arcados por esta, caso as Contratadas tenham cumprido sua parte		4		Médio	CAF se certificar da ocorrência do evento para que não haja movimentação desnecessária	Evitar
32	Problemas de energia elétrica no momento do evento		2	Isso pode ser gerado por sobrecarga da rede elétrica ou por problemas externos, causando prejuízos no tocante a eventual retardamento do evento ou até mesmo cancelamento		4		Alto	Dimensionar corretamente o suporte de carga elétrica no local(is) dos eventos; se for o caso verificar a necessidade da contratação de gerador; ter um plano de contingência para lidar com falhas	Mitigar
33	Problemas de acústica nos locais dos eventos		2	A falta de conhecimento dos locais dos eventos pode prejudicar a qualidade final de entrega dos serviços; ou se os equipamentos forem inadequadamente instalados		2		Médio	Verificar com antecedência os locais do eventos; realizar testes prévios de acústica nos locais para garantir uma melhor qualidade sonora	Mitigar
34	Não conformidade com as normas de segurança aplicáveis		1	Isso pode ser gerado pelo desconhecimento das normas ou negligência das Contratadas podendo gerar riscos aos seus funcionários e participantes do evento		2		Baixo	CAF verificar se as Contratadas cumprem as normas de segurança aplicáveis e exigidas para estes serviços	Transferir
35	Não conseguir contratar todos os itens previstos para a licitação		3	Poderá prejudicar a realização dos eventos caso não se consiga licitar todos os itens, ficando assim, incompleta a estrutura. Gerando inclusive a necessidade de outra contratação		4		Alto	Estruturar o processo licitatório de forma adequada, com ampla pesquisa de mercado para evitar essa situação	Evitar
						Risco Geral	Médio			
Probabilidade (P)			Impacto (I)			Classificação dos Riscos		Possibilidade de Tratamento dos Riscos		
Índice	Descrição	Nível	Índice	Descrição	Nível	Pontuação (A x B / P x I)	Risco	Conduta	Descrição	
Raro	Evento extraordinário. Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.	1	Muito Baixo	Não afeta o objetivo. Compromete minimamente o atingimento do objetivo. Para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultado.	1	15 a 25	Muito Alto	Evitar	Descontinuar a atividade, interromper o processo de trabalho.	
Pouco provável	Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência. O histórico conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no	2	Baixo	Afeta pouco o objetivo. Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do	2	8 a 12	Alto	Transferir	Compartilhar o risco com terceiros, como no caso dos seguros.	

	prazo associado ao objetivo.			objetivo/resultado.					
Provável	Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido. Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.	3	Médio	Toma incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado.	3	3 a 6	Médio	Mitigar	Desenvolver e implementar medidas para evitar que o risco se concretize e/ou medidas para atenuar o impacto e as consequências, caso ocorra.
Muito provável	Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido. Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há indícios que ocorrerá nesse horizonte.	4	Alto	Toma improvável o alcance do objetivo. Compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultado.	4	1 e 2	Baixo	Mitigar/transferir	Desenvolver e implementar ambas as medidas: mitigar e transferir
Praticamente certo	Evento que se repete seguidamente. Interfere no ritmo das atividades. Ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo.	5	Muito Alto	Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultado.	5	0	Muito Baixo	Aceitar	Não há necessidade de adotar quaisquer medidas. Considerar se é o caso de monitorar ao longo do tempo.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	x		
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	x		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	x		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	x		
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	x		Médio
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.	x		Vide item 13, acima
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	x		Vide item 13, acima

CONCLUSÃO:

a) Com base nas informações levantadas durante este estudo, a Equipe/Comissão de Planejamento entende ser viável a solução (a contratação de serviços de sonorização, iluminação, estrutura de palco, projeção, estandes e afins, através do Sistema de Registro de Preços) descrita no presente Estudo Técnico Preliminar para a presente contratação, vez que se mostrou tecnicamente a mais adequada à necessidade e fundamentadamente atendendo ao interesse público.

b) No mais, diante de todas as informações colhidas no presente documento demonstra que há adequação (alinhamento) da solução escolhida frente a necessidade a ser atendida.



Documento assinado eletronicamente por **Denise Maria Rengel, Gerente**, em 23/09/2024, às 09:22, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Ademar Stringari Junior, Gerente**, em 24/09/2024, às 08:44, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0022892234** e o código CRC **D0E25212**.

Rua Itajaí, 390 - Bairro Centro - CEP 89201-090 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br